

PLANEJAMENTO HIDROELÉTRICO E REINSTALAÇÃO DE POPULAÇÕES NA AMAZÔNIA: PRIMEIRAS LIÇÕES DE TUCURUÍ, PARÁ

LUC MOUGEOT

*Geógrafo do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade Federal do Pará
Belém-PA*

RESUMO

No baixo rio Tocantins no Pará, o Complexo Hidroelétrico de Tucuruí (CHT) inaugura no Brasil um vasto sistema de grandes barragens, destinadas a valorizar o enorme potencial energético da bacia Amazônica. Precursor de modificações inéditas nesta região brasileira, o deslocamento permanente de populações ribeirinhas, ocasionado pela represa de Tucuruí, e seus ensinamentos para os planejamentos futuros não mereceram, até hoje, nenhum acompanhamento sistemático e contínuo. Apresentamos aqui seis pontos para uma primeira avaliação do programa de reinstalação de populações: concepção e gestão do programa, delimitação do perímetro de expropriação e recenseamento das populações e propriedades atingidas, critérios e medidas de indenização, organização e transferência aos sítios de acolhida rurais e urbanos, reinstalação urbana e adaptação econômica da população residente nos sítios urbanos. Este trabalho se baseia em pesquisas realizadas pelo autor na região do reservatório, antes, durante e depois de sua evacuação, e os resultados são interpretados, na medida do possível, à luz de intervenções semelhantes em outras regiões em via de desenvolvimento.

Palavras-chave:

Reservatórios hidroelétricos — Deslocamento de populações — Reinstalação de populações — Amazônia brasileira.

AMÉNAGEMENTS HYDRO-ÉLECTRIQUES ET RÉINSTALLATION DE POPULATIONS EN AMAZONIE: LES PREMIÈRES LEÇONS DE TUCURUÍ, PARÁ

RÉSUMÉ

Sur le cours inférieur du Tocantins au Pará, le Complexe Hydro-électrique de Tucuruí (CHT) inaugure au Brésil un vaste système de grands barrages, destinés à mettre en valeur l'énorme potentiel-énergétique du bassin amazonien. Précurseur de bouleversements inédits dans cette région brésilienne, le déplacement permanent de populations riveraines, occasionné par la retenue de Tucuruí, et ses enseignements pour les aménagements futurs, n'ont mérité jusqu'à ce jour aucun accompagnement systématique et soutenu. Nous présentons ici une première évaluation du programme de réinstallation de popu-

lations (PRT) en six points: conception et gestion du programme, délimitation du périmètre d'expropriation et dénombrement des populations et propriétés atteintes, critères et mesures d'indemnisation, aménagement et transfert aux sites d'accueil ruraux et urbains relogement urbain et adaptation économique des résidents aux sites urbains. Ce travail se fonde sur des recherches effectuées par l'auteur dans la région du réservoir, avant, durant et après son évacuation, et les résultats sont interprétés, dans la mesure du possible, à la lumière d'interventions semblables dans d'autres régions en voie de développement.

Mots clés:

Réservoirs hydro-électriques — Déplacement de populations — Réinstallation de populations — Amazonie brésilienne.

**THE HYDRO-ELECTRIC SCHEME AND THE POPULATION
RESETTLEMENT IN AMAZÔNIA:
THE FIRST LESSONS DRAWN FROM TUCURUÍ, PARÁ**

ABSTRACT

On the lower River Tocantins in Pará, the Tucuruí Hydroelectric Scheme (THS) heralds and extensive network of large-scale impoundments, meant to tame the Amazon basin's enormous energy potential. The reservoir-induced permanent displacement of riverine human populations is a forerunning disturbance in Brazil's Amazonian environment which unfortunately, along with its learning potential, has raised no sustained monitoring concern so far. This report contributes to assess initially the current Tucuruí Resettlement Program (TRP), and examines six of its components, basic to any scheme of its kind (concept and program management, definition of expropriation perimeter and population surveys, indemnification criteria and procedures, implementation and transfer to rural and urban relocation sites, approaches to urban rehousing, and residents' economic adjustment at urban resettlements). The study is based on field research by the author in the region of the reservoir, conducted before, during, and after its evacuation; whenever possible, local findings are appraised with reference to similar experiments carried out in other developing regions.

Key words:

Hydro-electric scheme related reservoirs — Populations displacement — Population resettlement — Brazilian Amazonia.

INTRODUÇÃO *

O Complexo Hidrelétrico de Tucuruí (CHT) inaugura na Amazônia brasileira um sistema de barragens-reservatórios de grande porte, destinado a arriar o potencial dos rios regionais, hoje estimado em 100.000 MW. O CHT é o primeiro e maior de uma escadaria de 27 projetos para a exploração dos 25,3 MW da bacia fluvial do Araguaia-Tocantins (1). Acerca de 250 km a sudoeste da cidade de Belém, no Pará, sobre o curso inferior do rio Tocantins, o CHT foi desenhado para acomodar uma capacidade geradora máxima de 7.920 MW. Em 1975 iniciou-se a construção da primeira (3.960 MW) de duas fases, com energia sendo produzida em escala comercial a partir do fim de 1984; sua conclusão foi recentemente adiada para 1989, em razão de reprogramações na construção de usinas metalúrgicas que, uma vez implantadas na região, deverão consumir 2/3 da energia firme do CHT.

Visando assegurar na central do CHT, em qualquer época do ano, uma utilização firme de 51% da capacidade instalada, um reservatório entre os mais extensos no mundo e até hoje o maior na Amazônia sul-americana, foi criado o montante de barragem do CHT (2). Com as adufas temporárias vedadas no pique da estação menos chuvosa em 1984, o nível das águas a montante elevou-se sobre um período de sete meses e meio, do nível do rio então na cota 6, até 72 m a.n.m. Um lago se formou, cobrindo uma área de 2.435 km², da qual cerca de 90% em ambientes de várzea alta e terra firme, tradicionalmente explorada por diferentes grupos humanos.

O represamento do rio Tocantins induziu o deslocamento permanente de uma população considerável; contudo, as providências oficiais para seu reassentamento, embora prenunciem intervenções que se multiplicarão na Amazônia brasileira, não têm merecido o devido acompanhamento até hoje. A maioria dos demais complexos projetados sobre outros rios da região deverão desarraigar um grande número de comunidades rípícolas, ameaçando seus meios de subsistência bastante vulneráveis, sobre a última grande fronteira do Brasil. Justamente em razão dos seus ensinamentos potenciais para futuros experimentos do gênero, o Programa do Reassentamento de Tucuruí (PRT) deve ser objeto de monitoramento constante e sistemático, nas suas mais diversas fases.

Baseando-se, sobretudo, em levantamentos de campo na região da represa de Tucuruí, antes (1979, 1981), durante (1984) e depois (1985) da sua formação, esta contribuição avalia o desempenho inicial do PRT conforme seis aspectos, essenciais ao exame de qualquer esquema do gênero (concepção e gestão, perímetro de desapropriação e levantamentos populacionais e fundiários, critérios e medidas de indenização, setores de reassentamentos rurais e urbanos, fórmulas de realojamento urbano, e adaptação econômica inicial dos

* Trabalho derivado de estudo sobre impactos da utilização de recursos hídricos na bacia fluvial do Araguaia-Tocantins, financiado pelo CNPq e pelo Conselho Britânico.

(1) Eletronorte, s.d., pp. 2-3.

(2) Eletronorte, s.d., pp. 2-3; Prodiat, 1982, pp. 44-66; Paiva, 1982, pp. 42-52; Mougeot e Barrow, 1981, p. 7.

residentes nos setores urbanos). Conclui-se, resumindo os principais ensinamentos identificados, com recomendações para a aplicação de soluções mais apropriadas pelos órgãos competentes, nos demais programas atualmente em fase de planejamento na região (3).

1. CONCEPÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA

Pela sua idealização e administração, o PRT reproduz amplamente a fórmula desenvolvida para o reservatório de Sobradinho, sobre o rio São Francisco na Bahia (1975-8), sem corrigir efetivamente uma insuficiência básica. Contrariamente ao que se pratica em muitos países, inclusive menos desenvolvidos, e apesar das reivindicações locais, nenhuma entidade com função específica foi criada, que pudesse ter coordenado, desde sua concepção e com a autonomia necessária, uma estratégia inclusiva de reassentamento, em Sobradinho como em Tucuruí. Na ausência de qualquer órgão do gênero, a empresa estatal, proprietária da usina, normalmente deve assumir, no Brasil, uma responsabilidade desmedida na concepção, implementação e sorte eventual dos referidos programas.

Assim, mesmo que agências de instituições estaduais e federais assumissem tarefas vitais no PRT, sua capacidade decisória e executiva subordinar-se-ia a prazos e recursos determinados pela empresa estatal de energia, a Eletronorte S.A. Por exemplo, à agência federal de gerenciamento fundiário (Getat) corresponderia colaborar com os levantamentos populacionais, a discriminação das terras e o inventário das benfeitorias, o loteamento de parcelados alternativos e a distribuição e titulação dos lotes a beneficiários. Entretanto, os fundos a serem repassados a esta agência pela empresa estatal de energia seriam vitais para a execução dessas tarefas. À empresa caberia também custear a indenização monetária, a remoção e o realojamento dos desapropriados em direito, em novas instalações convenientemente equipadas. Nas seções que seguem, os efeitos do modelo gerencial do PRT sobre o seu desempenho inicial, suas deficiências e ajustes ensejados por estas fornecem argumento para a adoção, no futuro, de abordagens mais autônomas, informadas, abrangentes e participativas.

2. LEVANTAMENTOS POPULACIONAIS E FUNDIÁRIOS

O PRT foi deslanchado oficialmente com a publicação em 1976 do Decreto 78.659, pelo qual delimitava-se um polígono quase três vezes tão extenso quanto o futuro reservatório e dentro do qual todas as terras, em princípio, tornavam-se passíveis de expropriação e desocupação. Entretanto, e por causa de uma superestimação original dos níveis máximos do lago, as desapropriações abrangeram uma região muito maior do que o iria requerer, de fato, a formação

(3) O autor agradece a colaboração prestada, na fase de levantamentos de campo, pelas instituições e empresas seguintes: Eletronorte S.A., Sucam-PA, Getat, Emater-PA, Ceplac-PA, Embrapa-PA, Camargo Corrêa Construtora S.A., bem como às prefeituras locais e líderes comunitários. As interpretações e os erros que ainda persistem na presente versão, contudo, são da exclusiva responsabilidade do autor.

da represa e do seu cinturão sanitário. Inicialmente, e até novembro de 1982, todas as terras sob a cota 86 foram adquiridas pela empresa estatal. Depois, já encerradas as desapropriações e indenizações monetárias e com a evacuação transcorrendo, a cota máxima prevista do reservatório foi baixada, de 86 para 76 m a.n.m., em parte devido à reestimação da pressão provável do lago sobre o lençol freático circundante. Então, as terras desapossadas na faixa de 76-86 m já podiam ser recuperadas por seus ex-donos, mediante requerimento dirigido à empresa (4). Tal compensação aparecia muito após o pagamento das indenizações monetárias e beneficiava somente os ex-proprietários. Todos os ex-ocupantes e a maioria dos deslocados em direito, mas não-informados, dificilmente puderam valer-se de tal paliativo. A medida, provavelmente, atendeu, de modo mais eficaz, pessoas que, desde cedo no processo, vinham planejando estabelecer-se na borda da represa, em setores posteriormente abertos ao tráfego rodoviário, uma vez revista a linha seca do lago (5).

Os levantamentos populacionais e fundiários (1978-9) sucederam ao penoso processo discriminatório de quase dois anos, e possivelmente foram apressados por reivindicações feitas a diferentes escalões do governo por entidades locais e autoridades municipais (6). As estimativas dos efetivos deslocados geralmente limitam-se às famílias passíveis de indenização (proprietárias e/ou donos de benfeitorias) residentes no perímetro do futuro lago. Os levantamentos assim excluem famílias morando fora do perímetro, cuja subsistência dependia sazonalmente da ocupação de ambientes ribeirinhos e que puderam ser deslocadas pela submersão, como observado em Sobradinho (7).

Além da subenumeração sistemática, o crescimento demográfico, sobrevivendo com o adiamento do PRT (1980-4), contribuiu para desatualizar as previsões originais. Estas variam entre 4 e 17 mil pessoas; o levantamento da Basevi limitou-se a 11 núcleos apenas, prevendo que neles a população cresceria em 8,5% ao ano entre 1978 e 1985, podendo perfazer até 9.626 pessoas em 1985. Os dados disponíveis na Sucam para a área do lago não permitem precisar a população total envolvida; mas em 1980, data razoavelmente próxima aos levantamentos e anterior aos aportes migratórios, esta bem podia oscilar entre 25 e 35 mil pessoas (8). Para se ter uma idéia do afluxo global ocorrido na região do reservatório desde então, enquanto os quatro municípios compartilhando a

(4) Entrevista com técnico do Getat em Tucuruí, no dia 14/2/84.

(5) Este é o caso da margem nor-ocidental do reservatório, liberada ao tráfego em meados de 1983 e percorrida em fevereiro de 1984. O corredor foi negado aos remanejados rurais; O Getat informou que, por prudência, mantinha a cota 82 como nível mínimo acima do qual reinstalaria famílias deslocadas, no contexto do PRT. Ver também *O Liberal* 8/8/82, p. 5.

(6) Como o reservatório de Tucuruí era programado para atingir a cota 32 em 1979, submergindo assim as vilas de Jacundá e Jatobal, as prefeituras da bacia do AT no Pará associaram-se em novembro de 1977 e, a partir do início de 1978, começaram a exigir dos ministérios e das agências competentes maiores detalhes sobre o PRT. Foi no decorrer daquele ano que uma firma de consultoria, contratada pela empresa de energia, iniciou os levantamentos na área do futuro reservatório, cujos resultados foram divulgados por Basevi, s.d.

(7) Sigaud, 1984, pp. 46-51.

(8) O recenseamento oficial de 1980 pelo IBGE, nos quatro municípios atingidos, contabilizou 151.515 pessoas, a maioria das quais residindo então ao longo do Tocantins. Destas, os grupos seguintes seriam poupados pelo lago: as cidades de Marabá e Tucuruí (70.907 no máximo) bem

área da represa perfaziam 151 mil habitantes em 1980, as meras margens do Tocantins — fundadas pelas cidades de Tucuruí ao norte e Itupiranga ao sul, e pela rodovia PA-150 a leste e desvios das BR-422 e BR-230 a oeste — já reuniam pelo menos 115 mil pessoas no fim de 1983. Na época, apenas a 8 meses do represamento, 55% dos 202 assentamentos identificados abaixo da cota 76 e dentro da represa ainda continuavam habitados por 5.165 pessoas, no mínimo (9).

3. MEDIDAS E CRITÉRIOS DE INDENIZAÇÃO

Previendo na época que a primeira fase do CHT seria concluída em 1981, iniciaram-se as indenizações dos desapropriados em 1978, paralelamente aos censamentos e inventários supracitados. Os não-proprietários receberam uma compensação monetária, pelos seus imóveis e outras benfeitorias, enquanto os proprietários definitivamente titulados, além de receberem compensações em dinheiro por investimentos fundiários (salvo casa), escolheram uma de duas alternativas: (a) uma casa nova para uso familiar, e um número variável de lotes/parcelas nos setores alternativos, como compensação pela perda de qualquer outro *fundus*; ou (b) uma indenização suplementar em dinheiro, cobrindo a perda de terras e casas, porém sem direito a parcela ou casa nos locais de reassentamento. Até que fossem as terras expropriadas submergidas ou concluído o traslado das famílias, estas eram autorizadas por lei a permanecerem nas premissas cedidas, e ali manterem cultivos temporários, sem direito contudo a qualquer indenização por eventuais benfeitorias posteriores ao inventário original (10).

Subseqüentemente, a empresa estatal procurou acelerar a evacuação do âmbito da represa e corrigir, ao seu ver, as insuficiências das compensações legalmente argumentadas, outorgando um suplemento equivalente a US\$ 600 sempre que o agricultor renunciasse ao seu direito de exploração condicional. Na verdade, os donos de terras e/ou de outras fontes de renda, fora do perímetro de inundação, eram naturalmente mais propensos a abandonar definitivamente as margens do Tocantins. Por outro lado, aqueles cuja subsistência con-

como os ocupantes dos trechos Marabá-Rio Vermelho e São Félix-Goianésia do Pa-150 (36.444 no máximo, conforme levantamentos de campo da Sucam em junho de 1978 e 1979, ou 44.909 em 1980 quando projetado com base nas taxas de crescimento dos municípios correspondentes). Esses setores reuniam então 115.816 de um total de 151.515 pessoas, o que deixava um máximo de 35.699 passíveis de deslocamento em 1980. Uma estimativa mínima é fornecida pelos efetivos ao longo da secção Marabá-Jatobal da BR-230, que inclui o segmento Marabá-Cajazeiras, não sujeita à inundação, mas exclui as margens oriental e nor-ocidental, esta última bem povoada entre Tucuruí e Jatobal. Totalizava 20.886, segundo levantamentos da Sucam em junho de 1978, ou 25.871 em 1980, quando projetado pela taxa de crescimento dos dois municípios atravessados pelo trecho.

(9) Baseado em dados de mapas de campo não-publicados pela Sucam, para os anos 1974 a 1983 e seus registros de população nos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Moju e Marabá. Na área do futuro lago, o número de estabelecimentos habitados e sua população poderia ser maior do que pôde ser documentado, em razão da cobertura incompleta da rede em certos anos e da exclusão de localidades dos levantamentos mais recentes.

(10) Providências semelhantes àquelas implementadas anteriormente, em Sobrinho (Sigaud, 1984, p. 32).

tinuava a depender das parcelas expropriadas (como foi o caso em Santa Tereza do Tauiry e relatado em Jacundá) apresentaram a tendência a permanecer nos lotes ou a retornar a eles uma vez gastas as alocações. Pois apesar da inflação galopante e do atraso de cinco anos sofrido pelo PRT, as compensações monetárias não foram reajustadas no intervalo, nem aplicado qualquer esquema emergencial para socorrer as famílias aflitas.

Os procedimentos de indenização enfatizavam conceitos e medidas legalmente coerentes, porém amplamente inapropriados à estrutura fundiária e à economia agrária localmente predominantes (11). Admitia-se *a priori* que: (a) a terra é bem privado, cujos títulos definitivos de propriedade são a prova necessária e limitante do direito à compensação fundiária por substituição; e (b) a avaliação venal dos investimentos e rendas agropecuários da terra ocupada ou apropriada de modo particular estabelece o valor suficiente das perdas agrárias com a desapropriação. Embora necessárias e justas para os proprietários, tais normas ensejavam soluções individuais, ajustando-se pouco à realidade de uma região habitada por pequenas comunidades, onde prevalecia um regime de ocupação fundiária não ou mal documentada, porém socialmente controlada. Este regime correspondia a um sistema de exploração agrária que abrangia, além dos domínios de terra firme, praias, zonas de decantação, bosques-galerias, ilhas fluviais, lagos e cachoeiras, possibilitando o recurso a uma série de produtos naturais, periodicamente disponíveis em ambientes distintos, que excedem largamente os limites dos roçados particulares.

A maioria das famílias deslocadas, oficialmente calculadas em torno de quatro mil, teriam recebido inicialmente uma indenização apenas monetária, em razão do grande número de posses não-tituladas, registros falsificados, falhas na atualização dos cadastros e invasões por migrantes nos anos 70 (12). Por outro lado, restringiram-se o ritmo e a cobertura territorial dos processos de regularização fundiária, no decorrer dos anos que antecederam as indenizações, a fim de conter os desembolsos do PRT. A aquisição pela empresa estatal de parcelas definitivamente tituladas implicava custos superiores, em superfícies iguais, àqueles ligados a terras não ou apenas provisoriamente tituladas, sendo que o número e a extensão das primeiras influíram diretamente nos montantes a serem repassados pela empresa à agência encarregada de indenizar os *fundi* (13). No caso das colônias não-inteiramente quitadas, indenizava-se a parte já quitada, assumindo a empresa a dívida restante junto ao governo; de qualquer modo, podia-se evitar desembolsos, entregando à agência res-

(11) Na região, somente 903 estabelecimentos possuíam títulos de propriedade, contra 3.431 com direitos de posse. Destes, 1.907 eram considerados minifúndios (*Hidroservice*, 1977, I, pp. 32-36).

(12) Entrevistas com técnicos do Getat em Tucuruí, no dia 14/2/84.

(13) Quando se iniciou o processo de indenização, a maioria das parcelas rurais sobre a margem ocidental do Tocantins, ao norte e entre o km 110 e o km 153 da BR-230, ainda não tinham sido tituladas definitivamente, apesar da sua longa ocupação. Isto se explica, em parte, pela preocupação de se minorar os custos da desapropriação, contradizendo aparentemente uma decisão anterior, reportada por Goodland (1978, p. 39) de que seria respeitado o usucapião (Entrevista com um antigo técnico do PIC Marabá em Marabá, no dia 23/2/84).

ponsável parte dos domínios já expropriados para outros fins, para o reassentamento dos deslocados.

Uma minoria da população rural desapropriada detinha títulos definitivos, sendo que a principal comunidade desapossada foi um projeto federal de colonização dirigida: o PIC Marabá. Em razão da submersão prevista de um trecho da BR-230, pelo menos 621 colonos — possivelmente até oitocentos agricultores — do PIC e sua redondeza tiveram seus lotes expropriados nas glebas 21 a 52, entre o km 80 e o km 180 do trecho da estrada Marabá-Altamira. Um levantamento feito em março de 1979, com o apoio do Incra, provocou considerável ansiedade entre os colonos, segundo entrevistas em julho do mesmo ano; tiveram que assinar sua desistência antecipada das colônias, sem contudo saber quanto nem quando receberiam suas indenizações. As alocações não seriam ajustadas para cobrir eventuais benfeitorias, posteriores ao inventário. Isto levou muitos agricultores a reduzir, num período de cinco anos, sua produção agrícola, procurando compensar a perda de renda com empregos, nas cidades próximas e no próprio canteiro do CHT (14).

Mais grave talvez seja o fato do PIC Marabá ter sido entregue a sua sorte, apesar da procrastinação do PRT. As medidas restritivas originalmente alvejaram tão-somente o parcelado condenado à inundação, mas logo foram estendidas a todas as 2.484 colônias e aos 70 lotes urbanos, ocupados pelas famílias do PIC Marabá ao longo da BR-230, a leste e oeste da cidade de Marabá, e nas agrovilas Cajazeiras e Castelo Branco (esta em condições miseráveis, em fevereiro de 1984). A titulação foi interrompida em 1978, sendo o PIC emancipado de fato da jurisdição do Incra a partir de novembro de 1979. O projeto assim perdia acesso aos fundos do Polamazônia, os quais, nas circunstâncias, teriam continuado sendo vitais para manter estradas, operar serviços sociais e custear processos de registro fundiário, particularmente nas glebas desapropriadas. No seu lugar, o orçamento municipal de Marabá, menor, variável e priorizando o setor urbano, passava a responder pelas necessidades do PIC. Também, quase todos os quadros administrativos do projeto foram transferidos, dos quartéis regionais do Incra, na agrópolis Amapá em Marabá, para uma unidade executiva local do Getat em Tucuruí (15).

Aqueles colonos titulados que, desapropriados em 1979, tinham optado por uma compensação parcial em dinheiro, com direito a serem remanejados para novas parcelas, foram igualmente penalizados, por mudanças ocorridas *a posteriori* e informadas a eles muito após a assinatura dos acordos de indenização. Primeiramente, a destinação dos investimentos sociais normais do Getat priorizava projetos agrícolas não-contemplados pelo PRT, de modo que,

(14) Entrevistas com colonos expropriados em Cajazeiras, no dia 25/6/79, com um extensionista rural da Emater no PIC Marabá em Marabá, no dia 5/7/79, e com um antigo técnico do PIC Marabá em Marabá, no dia 23/2/84.

(15) Entrevista com técnicos do Getat e com outros, antigamente do PIC Marabá em Marabá nos dias 22-23/2/84. Os fundos sociais do Getat, proporcionados pelo BNDES através do Finsocial, são destinados em prioridade aos projetos de colonização incluídos no quadro do Projeto de Ferro da CVRD na serra de Carajás. Somente 10% das 520 famílias assentadas nestes esquemas até o início de 1984 teriam provindo da área do lago de Tucuruí, tendo recorrido a eles por iniciativa própria.

sob a gestão desta agência a partir de 1981, a reinstalação de quase 320 famílias do PIC se faria em condições de apoio institucional muito mais precárias do que aquelas ofertadas pelo Incra nos anos 70, com projetos locais de colonização agrícola ou mesmo esquemas especiais de reassentamento, ligados à criação de represas alhures no Brasil (16). Em segundo lugar e devido a modificações na legislação agrária nacional, as parcelas distribuídas em projetos oficiais de assentamento, na região, viram sua área reduzida em 50%; logo, desconsiderando-se a situação excepcional dos desapropriados do PIC, cada reassentado receberia, em troca por cada lote de 100 ha, uma nova parcela de apenas 50 ha.

O abandono do PIC Marabá levanta uma questão oportuna de planejamento territorial. Por que um órgão governamental foi autorizado a projetar, no fim dos anos 60, e implantar, ao longo de 1970-9, um experimento de colonização oneroso, precisamente em uma região cujo risco de submersão era conhecido ou pelo menos suspeito por outros setores da mesma administração? Além de inventário hidrológico que data de 1954, o CHT estava em plano já em 1968, muito antes da implantação do PIC Marabá, e foi aprovado em 1974. Comunicações aparentemente defeituosas entre setores governamentais, atuando na mesma região, hoje provocam gastos que poderiam ter sido evitados e o desperdício de investimentos acumulados localmente, ao longo de mais de um decênio. O erro não se resume apenas nos custos de se dismantelar um projeto para dar margem a outro; oportunidades foram descuidadas na partida, que um planejamento certo poderia ter valorizado, mediante aproveitamentos integrados na região do futuro reservatório, como foi realizado em ambientes comparáveis, em outras regiões do mundo (17).

4. REINSTALAÇÃO NOS PARCELADOS AGRÍCOLAS E NÚCLEOS URBANOS ALTERNATIVOS

O remanejamento dos diferentes grupos humanos provavelmente foi a etapa mais enriquecedora na implementação do PRT. Restrições impostas ao orçamento global da empresa estatal causaram o adiamento das obras do CHT e do próprio PRT, forçando o rearranjo dos setores de reassentamento recomendados, a eliminação de certos equipamentos e atrasos na sua instalação em novos locais. De fato o PRT processou-se em um período de nove anos, ao invés dos cinco previstos, invalidando alguns dos supostos e medidas de indenização originais. A reinstalação das famílias já dura mais de seis anos e permanece inconcluída. No intervalo, a deteriorização das condições de vida, tanto nos locais a serem evacuados quanto nos de acolhimento, tem provocado descontentamento e desconfiança entre a população afetada. Suas reivindicações, porém, adquiriram rapidamente uma dimensão política, em virtude de pressões exercidas sobre os responsáveis do PRT, e um processo de negociação coletiva foi instaurado. Em consequência, muitos critérios de indenização

(16) Sobre o projeto especial de colonização em Sobradinho, ver Duque, 1984, p. 36.

(17) Comparar exemplos de planejamento pouco relevante e mais apropriado em Thomi (1984, p. 111) e Lassailly-Jacob, 1983, p. 55.

foram reformulados e vários aspectos materiais do PRT sensivelmente aprimorados, como será mostrado nas secções a seguir.

O plano geral do reservatório de Tucuruí, elaborado após levantamentos junto à população, recomendava uma rede de sítios alternativos já previsível, tipicamente consoante com as preferências populares por soluções que preservassem a coesão territorial de cada comunidade importante, e seu acesso aos recursos do rio (18). Considerando-se a topografia local e outros fatores, oito sítios foram definidos para reinstalação de famílias em parcelas agrícolas. Estes setores, distribuídos igualmente sobre as margens oriental e ocidental do futuro reservatório, eram situados, salvo um, a menos de 15 km de vilas existentes acima, porém próximas à futura borda d'água. Além disso, dois sítios foram propostos para novos núcleos urbanos, a leste e oeste do lago, no cruzamento de estradas existentes ou projetadas.

5. O REASSENTAMENTO NOS PARCELADOS AGRÍCOLAS

Entretanto, os setores rurais implantados diferem notavelmente da recomendação original; observou-se uma redução de 8 para 4 setores, bem como o afastamento considerável destes em relação à borda do futuro lago. Tal mudança pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais a precária acessibilidade rodoviária no âmbito da futura represa e em suas redondezas. Para efetivar-se o plano, era preciso construir ou recuperar muitas estradas, sobre ambas as margens do Tocantins, tanto fora quanto dentro da zona do reservatório. Entretanto, a rede local seria expandida sim, mas priorizando-se as necessidades do CHT. Os requisitos viários deste não coincidiam sempre com os do plano de realocização, contribuindo mesmo para transtorná-lo. Assim, dentro da futura represa e sobre a beira ocidental, mais povoada, relaxou-se gradativamente a conservação das estradas federais existentes, sendo que muito poucas vias de acesso seriam abertas entre estas e as vilas a serem desocupadas. A beira nor-oriental, ao contrário, beneficiou-se com muitas vias de penetração, em concessões para o desmatamento zonado do leito do lago. Do mesmo modo, fora do futuro reservatório, os desvios indispensáveis às operações de reassentamento e à manutenção do comércio na orla ocidental seriam construídos muito após o prolongamento e o melhoramento das suas contrapartidas, na margem oriental. Estas últimas eram precisas para assegurar o transporte de materiais e equipamentos para o canteiro do CHT, bem como a construção e manutenção dos segmentos Tucuruí-Belém e Tucuruí-Imperatriz da rede transmissora de alta tensão, acoplada ao CHT (19). Tais obras rodoviárias antecederam por pouco a avaliação das propriedades no corredor da PA-150, valorizando, assim, terras que logo foram desapropriadas,

(18) *Ministério da Agricultura et al., s.d., Basevi, s.d., p. 297.*

(19) Sobre a margem oriental as rodovias PA-263 e PA-150 foram concluídas em 1977, quase seis anos antes de que fossem construídos os desvios das BR-422 e BR-230 sobre a margem oposta, onde estes eram necessários à implementação do plano de reassentamento.

uma sequência que poderá repetir-se rio acima, com o atual asfaltamento de rodovias nos arredores do futuro reservatório de Santa Isabel.

Como resultado, alguns setores de reassentamento, originalmente previstos a oeste do lago, foram reprogramados sobre a margem oposta, em sobras de domínios expropriados para dar passo a linhas de transmissão e a rodovias. Juntamente com a revisão posterior das cotas prováveis do lago e o desvio tardio da BR-422, o rearranjo dos sítios ensejaria a diminuição dos custos do PRT, por maior uso das terras já adquiridas para o CHT, liberando assim as beiras nor-ocidentais para o estabelecimento de fazendas em situação privilegiada, na proximidade da nova BR-422, da represa e da cidade de Tucuruí.

São quatro os setores agrícolas alternativos, sendo que o primeiro está entre os que deveriam ser redesenhados na vizinhança oriental do lago. Margando a PA-263 entre o km 35 e o km 50 a partir de Tucuruí, o loteamento Rio Moju foi delimitado, parcelado e titulado temporariamente pelo Iterpa, sendo entregue e deslocados a partir do início de 1981, três anos após o começo das indenizações. Inicialmente a empresa estatal forneceu a cada família uma casa pré-fabricada numa clareira de 2,5 ha, em cada parcela de 50 ha. As unidades residenciais reproduziam modelos já utilizados nos PICs do Incra e na cidade nova do CHT. Escolinhas foram construídas, bem como postos de saúde e capelinhas. Mais tarde, contudo, as restrições orçamentárias levaram a empresa estatal a limitar os repasses de fundos para o PRT; no Rio Moju, como nos outros setores de acolhimento visitados, a grande maioria das famílias acabaram recebendo parcelas não-desmatadas, sem alojamento nem vias de acesso prontas. Quando percorrido, em março de 1984, o projeto Rio Moju estava claramente agonizante. Os postos de serviços comunitários tinham sido desativados, na borda de uma estrada em condições deploráveis e, segundo o Getat, até o início de 1984 a maioria das famílias reassentadas (192 até o fim de 1983) já tinham renunciado a seus lotes, antes mesmo de terem recebido títulos de propriedade negociáveis.

Dois outros setores rurais foram delimitados ao nordeste do reservatório: o loteamento Mojuzinho, ao sul da sua contrapartida do Rio Moju, e a oeste o loteamento Gleba do Meio C. O primeiro, situado de leste a oeste entre o Rio Moju e a PA-150, e de norte a sul entre o km 26 e o km 70 da PA-150, aproveita sobras de propriedades adquiridas pela empresa estatal de energia. Foi inicialmente proposto aos remanejados do PIC Marabá (mas recusado por estes), em troca pelas colônias desapropriadas. A partir do fim de 1981 a zona foi ocupada por desapossados menos exigentes, procedentes de Jacundá e Remansão da Beira. Até o início de 1984, cerca de 150 parcelas, segundo o Getat, já tinham sido distribuídas; algumas destas, abandonadas ou inocupadas, foram repassadas a famílias em busca de terras, sem vínculo com o PRT. Da mesma maneira, cerca de 80% das seiscentas parcelas disponíveis na Gleba do Meio C, povoada sobretudo em 1982, tinham sido alocadas até o começo de 1984, sendo que no máximo 20% o foram a famílias originalmente alvejadas pelo PRT.

Finalmente, concedido aos colonos do PIC Marabá, sobre a margem ocidental do Tocantins, o trecho entre o km 81 e o km 150 do novo traçado da BR-230 é o quarto e mais recente parcelado agrícola do PRT. De fato é o único que permitiu o traslado a curta distância de um grupo rurícola específico para

um ambiente fisicamente comparável ao loteamento evacuado (20). Construído sobretudo para manter as comunicações terrestres entre o leste e o oeste paraenses, o desvio da BR-230 foi aberto ao tráfego em junho de 1983 e 472 parcelas tinham sido entregues ao longo do mesmo até o fim daquele ano, sendo tituladas provisoriamente no decorrer do ano seguinte. Nenhuma cifra era disponível, localmente, sobre a taxa de abandono dos lotes; contudo, em princípio de 1984, entrevistas realizadas junto a colonos reinstalados e outros agricultores locais confirmavam um risco já apontado em 1981. O estado embrionário da rede de caminhos vicinais, a carência de capital pessoal para o desmatamento e plantio, a inexistência de auxílio institucional aos produtores e de assistência social a suas famílias já constituíam sérios motivos para que muitos reassentados negociassem seus títulos fundiários e provisórios. No total e em princípio de 1984, não mais de 934 parcelas teriam sido concedidas a cerca de 1.800 beneficiários rurais do PRT, nos quatro perímetros acima referidos (21).

Ao manter-se a concepção atual do capítulo rural do PRT, certas situações críticas poderão se desenvolver a meio prazo. O afastamento dos sítios alternativos com relação ao reservatório eliminou qualquer urgência de se ordenar a exploração haliêutica e agrícola do novo ambiente lacustre (uma proposta de aproveitamento múltiplo está em fase de conclusão). Porém, em razão do retorno de deslocados às margens do lago e da ampliação da zona de várzea alta a montante, e dos efeitos negativos sobre a agricultura e a pesca a jusante, uma intensificação de atividades já está ocorrendo na borda do lago, a qual poderá, se não for disciplinada a tempo, ocasionar conflitos entre usuários e causar sérios riscos para sua saúde.

6. O REASSENTAMENTO NOS NÚCLEOS URBANOS

O número, a distribuição e o cronograma de implantação dos centros urbanos foram igualmente afetados pelas limitações administrativas e financeiras do PRT. Entretanto, o componente urbano evoluiu bastante ao longo da sua execução, muito em virtude de intervenções comunitárias mais efetivas do que aquelas observadas no capítulo rural do programa.

Dos dois sítios-cruzamentos recomendados originalmente, apenas o do Novo Repartimento foi mantido, porém sendo acrescidos cinco novos locais: Novo Breu Branco (PA-263), Nova Jacundá e Novo Ipixuna (PA-150), e Itupiranga e Cajazeiras (BR-230). A multiplicação tardia das vilas-centros visava,

(20) Inicialmente os colonos transferiram-se com relutância, já que a maioria negava-se trocar terras de 100 ha por lotes de 50 ha. O ritmo dos traslados melhorou depois do alerta feito pelo Getat aos beneficiários, de que as parcelas, se não fossem aceitas por eles, seriam redistribuídas a outras famílias carentes.

(21) As quinhentas famílias que teriam se refugiado contra as águas montantes, em Cajazeiras no fim de 1984, ainda não tinham sido removidas para novas parcelas agrícolas; outras duzentas, aparentemente, permaneciam em locais sujeitos à inundação. Até dezembro de 1984, quatrocentas das 1.800 famílias em direito ainda não tinham recebido novas terras. Foi apenas em agosto de 1985 que assinou-se um acordo de financiamento para concluir a reinstalação dos beneficiários rurais, mediante a distribuição de mais 643 parcelas e a construção de 751 km de caminhos vicinais. Ver *O Liberal* 11/9/81, p. 11; 15/9/84, p. 9; 18/9/84, p. 8; 11/10/84, p. 2; 1/12/84, p. 17; e 5/8/85, p. 3.

provavelmente, compensar a procrastinação da parte rural do esquema, absorvendo uma parte das famílias que ficaram inatendidas, bem como acomodar o crescimento global da população estabelecida no âmbito do futuro lago, desde os recenseamentos originais. A fim de conter os custos e investimentos do reassentamento, os novos núcleos foram definidos em terras desapropriadas para outros fins, ao longo de ou na periferia de rodovias existentes e aglomerados já dotados de alguma infra-estrutura e/ou serviços básicos, como Nova Jacundá, Cajazeiras e Itupiranga.

7. AS FÓRMULAS DE REALOJAMENTO NOS NÚCLEOS URBANOS

Os projetos de realojamento urbano têm nitidamente progredido, ao longo da execução do PRT, como o mostra uma comparação entre as tentativas iniciais em Nova Jacundá e a abordagem posteriormente adotada em Novo Repartimento.

Nova Jacundá (1979-83)

Fundada em 1976 sobre um platô a leste do Tocantins, a 100 km do norte da cidade de Marabá sobre a PA-150, Nova Jacundá hoje é o centro de um corredor agropecuário em plena expansão. Escolhida para substituir a vila ribeirinha de Jacundá como sede municipal, tornou-se o primeiro local urbano a acolher deslocados, procedentes sobretudo de Jacundá e Jatobal. Ali, três fórmulas de realojamento foram experimentadas, sucessiva e paralelamente.

O primeiro ensaio foi de reconstrução-presente, conhecido localmente como o projeto Cobal (1979-80), sobre a periferia oriental da vila. Oitenta unidades habitacionais foram montadas sobre quatro quadras, cada uma destas com 20 terrenos de 10 m por 30 m. Todas as casas reproduzem fielmente, tanto pela planta quanto pelos materiais, um modelo aplicado nos setores residenciais da vila do CHT, e no loteamento Rio Moju. O remanejamento dos beneficiários de Jacundá para o projeto Cobal começou em 1979; as duas localidades distam apenas 60 km uma da outra mas, na ausência de qualquer via trafegável entre elas, os remanejados e suas mudanças tiveram que percorrer 245 km, por barco e caminhão, via Jabotal e Tucuruí.

As condições de moradia e trabalho encontradas pelos primeiros reinstalados em Nova Jacundá revelaram-se muito insatisfatórias; a maioria retornou a Jacundá, onde desaconselhou as outras famílias a se mudarem para o novo local. Na verdade, o projeto Cobal tinha sido concebido apenas como apêndice residencial da vila existente, sem que qualquer uso econômico do solo, além da moradia, tivesse sido previsto dentro dos seus limites. Outrossim, as casas do projeto apresentavam vários inconvenientes, quanto aos materiais e ao desenho, à taxa de área construída, ao arranjo geral das quadras e à disposição das utilidades públicas (22). Contudo, a resistência da maioria dos reassentados, dependentes de atividades agrárias, devia-se sobretudo ao risco que implicava mudar seu domicílio, de um ambiente ribeirinho estável, em economia extrativa, para uma fronteira distante em plena terra firme, efervescente e mais exposta à economia de mercado. Tal mudança tornava-se ainda mais arriscada, pela defasagem da entrega de parcelas agrícolas, com relação à

(22) Mougeot, no prelo.

dos lotes urbanos. As casas do Cobal foram terminadas em 1978, sendo que os beneficiários de Jacundá foram convidados a transferir-se para elas, pelo menos dois anos antes de que um número suficiente de parcelas fosse disponível nos setores rurais do PRT. Segundo alguns informantes, em muitos casos as indenizações monetárias teriam sido entregues a candidatos de Jacundá, somente uma vez efetivada sua mudança para a nova casa no projeto, o traslado sendo inclusive requerido para a concessão de uma terra agrícola, posteriormente.

Já que a maioria dos candidatos se negaram a tomar posse das casas do projeto Cobal, estas foram redistribuídas a outros interessados; muitas serviram para alojar agências governamentais e seus funcionários. A maioria, contudo, foi alocada a servidores da antiga prefeitura de Jacundá; com algum capital ou influência política, muitos, quando entrevistados, também já tinham comprado ou adquirido parcelas inicialmente disponíveis em loteamentos próximos a Nova Jacundá.

Em razão de novos atrasos que enfrentava o PRT, o número de famílias e casas na área do reservatório cresceu bem além das cifras de 1978-9, devido à formação de novos lares, retorno de deslocados e chegada de novos elementos (23). As condições requeridas para a obtenção de um lote foram afrouxadas, em virtude de pressões políticas, e uma segunda fórmula, de auto-realojamento, foi introduzida (1980-3), procurando resgatar recomendação do estudo da Basevi e acelerar o remanejamento das famílias para os sítios programados.

Na periferia oriental do projeto Cobal, uma área, que tinha sobrado de fazendas desapropriadas, foi loteada e arruada às expensas da companhia estatal. Neste loteamento urbano Nova Jacundá, contudo, a empresa, ao invés de construir as residências, concedeu a cada beneficiário uma compensação monetária pela casa evacuada, bem como um lote baldio sobre o qual o reassentado construiria sua nova casa. O espaço reservado ao auto-realojamento compreendia 17 quadras da metade meridional do loteamento, onde nada menos de 680 lotes foram distribuídos. Destes, apenas 25% (169) possuíam uma edificação qualquer, em princípio de 1984. Ao norte desta área principal, dois setores menores reuniam cerca de 150 unidades autoconstruídas (24). As casas normalmente apresentam desenhos e materiais locais muitas vezes os mais valiosos, recuperados dos edifícios evacuados; as residências ocupam uma superfície menor do que nos lotes do projeto Cobal, e a área não-construída, via de regra, tem sido plantada e/ou cercada para a criação de pequenos animais. As entrevistas nestes setores confirmaram que lotes foram alocados, não somente

(23) Durante a época anterior ao repesamento, localidades isoladas abaixo do nível do reservatório atraíram menos migrantes de fora da área do lago do que outros setores mais acessíveis. As amostras de 10% dos residentes em setores alternativos mostram que a maioria dos entrevistados do Novo Repartimento (NR) antes residiam no Repartimento Central (RC), enquanto quase a metade dos informantes de Nova Jacundá (NJ) nunca residiram em localidades dentro da área do lago. Por outro lado, a maioria dos ex-residentes do RC tinham chegado lá após o início dos levantamentos para a desapropriação, tendo se beneficiado, mesmo assim, com novas casas no NR. Em NJ quase todos os antigos residentes da área do lago já moravam lá muito antes de que fosse deslanchado o processo de desapropriação. Estas observações coincidem com alguns resultados de Basevi s.d., p. 53.

(24) Levantamentos populacionais não-publicados da Sucam, em Nova Jacundá, dezembro de 1983.

aos candidatos contemplados originalmente, mas também a outros deslocados não-proprietários, procedentes, sobretudo, de áreas rurais (ocupantes, locatários e jornaleiros). Inclusive, alguns lotes, entregues a reassentados do projeto Cobal para indenizar a perda de terras e imóveis, eram usados para hortas ou pequena criação de gado, ou então para alojar a família, enquanto arrendava-se a casa desocupada no projeto Cobal.

Apesar do abrandamento dos critérios de seleção, 75% dos 1.265 lotes concedidos a famílias entre 1980 e 1983 permaneciam vacantes em princípio de 1984. Segundo as autoridades municipais competentes, nada mais de duzentas famílias residiam nas 316 casas enumeradas pela Sucam em dezembro de 1983. Em geral, as estruturas desocupadas eram muito rudimentares, aparentemente edificadas mais para garantir direitos do que para albergar uma família. Em razão da carência de capital pessoal e do número reduzido de oportunidades de emprego na cidade, a maioria dos realojados absenteístas tinha provavelmente cedido, arrendado ou vendido seus direitos provisórios de propriedade, como o sugerem as entrevistas com residentes do loteamento.

Uma terceira tentativa de realojamento foi então realizada no fim de 1983, na parte setentrional do loteamento urbano Nova Jacundá. Esta medida, na verdade, fazia parte de uma revisão de todo o PRT, solicitada pelas municipalidades envolvidas. A empresa estatal de energia concordou em respeitar seus compromissos originais, financiando a instalação tanto de equipamentos sociais indispensáveis quanto das utilidades públicas. Retomaria também a montagem e distribuição, aos remanejados, de unidades habitacionais modificadas (50 prontas no início de 1984, de um total então previsto de 100). De fato, esta solução tardia pôde ser implementada, com menos tropeços, nos projetos ainda em plano na época, como o do Novo Repartimento, do que o foi naqueles já em execução. Em Nova Jacundá os investimentos anunciados causaram uma valorização antecipada do solo, estimulando o comércio de direitos de ocupação e títulos provisórios; além disto, famílias que já tinham sido indenizadas para se auto-realojarem reivindicaram o direito a uma casa pré-fabricada sobre seu lote urbano.

8. NOVO REPARTIMENTO (1983-85)

Sobre a margem ocidental do Tocantins, no km 177 do trecho Marabá-Altamira da BR-230, Novo Repartimento é um núcleo-cruzamento inteiramente novo, destinado a substituir a vila do Repartimento Central, estabelecida em 1974 na intersecção do km 156 da BR-230 com a BR-422. Quatro colônias agrícolas, totalizando 200 ha, foram adquiridas pela empresa estatal em 1981, e as obras de engenharia civil começaram ali em fevereiro de 1983.

Tanto pelo zoneamento da ocupação do solo quanto pelo modelo residencial adotado, o projeto Novo Repartimento representa um sensível progresso sobre os esquemas de Nova Jacundá. De fato é uma projeção ordenada da utilização do solo que se tinha desenvolvido de modo espontâneo no Repartimento Central. Contrariamente ao que se encontra em Nova Jacundá, áreas específicas têm sido reservadas para atividades dependentes do, ou ligadas ao, tráfego rodoviário. Cada pequeno comerciante recebeu, em troca pelas premissas

desapropriadas, dois lotes na nova vila-centro: o primeiro na orla da BR-230, usado para ali construir uma loja com materiais fornecidos pelo PRT; o segundo, adjacente, porém recuado da BR-230, entregue com casa pré-fabricada destinada à família do comerciante. Cinco amplos setores residenciais ocupam clareiras em colinas onduladas, circundando um núcleo central de equipamentos escolares, de culto e segurança pública. Apesar de modestas, as unidades habitacionais aqui são claramente mais adaptadas às condições físicas e sócio-econômicas regionais, do que aquelas edificadas anteriormente em Nova Jacundá e no loteamento Rio Moju (25).

A transferência de população para o novo centro iniciou-se antes mesmo de que fossem inteiramente instalados os serviços e a infra-estrutura pública. A evacuação se fez de modo mais lento (durante o período de chuvas) e envolveu um maior número de famílias do que o previsto originalmente. Em razão da deterioração das condições de vida nos assentamentos a serem desocupados, e face ao estado lastimável das rodovias e à construção muitas vezes adiada do núcleo urbano, as comunidades locais insistiram em empreender a mudança, tão logo fossem concluídas as primeiras casas. Isto obrigou as companhias contratadas a instalarem equipamentos sanitários públicos e a distribuírem água potável a domicílio, por caminhão-cisterna. A circulação interna era dificultada pelo inacabamento das redes de adução e escoamento. Muitos artesãos e prestadores de serviços resolveram improvisar oficinas a domicílio, esperando a liberação dos lotes apropriados. A capacidade de atendimento dos serviços sociais deverá ser sobrecarregada pela demanda provinda de um assentamento espontâneo, surgido na borda da estrada frente à cidade planejada, antes mesmo da abertura do novo desvio da BR-422 e apenas dois meses após o início das obras do núcleo urbano. Em outubro de 1983, a favela já possuía 432 barracos, habitados por indenizados que tinham retornado, compradores de direitos de beneficiários desistentes, famílias reinstaladas pelos seus próprios meios, e outras, não-contempladas pelo PRT mas atraídas pela expectativa de serem favorecidas, eventualmente, por ele, assim como, nos outros projetos, o crescimento demográfico pós-1979 na área do lago impôs, pela interposição de processo judiciário, a adoção de critérios seletivos mais largos para a concessão de residências pré-fabricadas. Além dos proprietários que tinham optado por alocações monetárias parciais, com direito ao realojamento, outras categorias foram igualmente favorecidas pelo PRT a Novo Repartimento (26).

(25) Mougéot, no prelo.

(26) Outros grupos beneficiados pelo PRT foram, por ordem de precedência: (1) proprietários que inicialmente tinham optado por compensações apenas monetárias; (2) indivíduos que tinham adquirido e estavam residindo em casas evacuadas pelas categorias originalmente contempladas pelas indenizações; e (3) proprietários de casas construídas posteriormente aos inventários. Uma regra foi adotada para limitar os abusos, pela qual dar-se-ia prioridade, na distribuição de casas novas, àqueles beneficiários que tinham permanecido sobre suas premissas expropriadas, na espera da transferência por canais oficiais. Também, as casas desocupadas seriam desmontadas no ato da evacuação, permitindo-se contudo a recuperação dos materiais (Entrevistas com funcionários municipais de Tucuruí, no Novo Repartimento, e com chefes de famílias desapropriadas no Repartimento Central, no dia 16/2/84).

Em resumo, até o princípio de 1984, somente 186 dos mais de seiscentos candidatos de Repartimento Central e Jatobal tinham sido transferidos para Novo Repartimento, e 585 lotes no máximo já tinham sido ocupados, nos dois núcleos então implantados, pelas famílias alvejadas pelo PRT, estimadas em 1.200 (27).

9. ADAPTAÇÃO ECONÔMICA INICIAL DOS RESIDENTES NOS NÚCLEOS URBANOS

As amostras espacialmente estratificadas, proporcionais e aleatórias de cerca de 10% dos chefes de família de Novo Repartimento (18 pessoas) e de Nova Jacundá (22 pessoas), no início de 1984, indicam que eles fazem parte de uma população ainda residente favorecida por uma certa melhora do seu *status* sócio-econômico, a raiz do reassentamento. Isso se explica, sobretudo, pelo acesso ao domínio legalizado de maiores áreas de terra nos novos setores. Em Nova Jacundá, os dois terços dos informantes que, no domicílio anterior, empenhavam-se em tarefas agrícolas geralmente sobre parcelas de menos de 5 ha, não-tituladas, adquiriram, uma vez reinstalados em Nova Jacundá, títulos de propriedade para módulos de 50 ha. A mesma tendência registrou-se entre os informantes de Novo Repartimento, com a diferença de que ali as parcelas obtidas normalmente estão localizadas a distâncias menores (menos de 17 km) do novo núcleo urbano.

Em ambos os casos, a melhoria constatada a curto prazo sugere tão-somente a possibilidade de uma adaptação duradoura nos novos núcleos, particularmente em Nova Jacundá, onde continuavam predominando a desistência e o absenteísmo urbano. Nos dois aglomerados, a retomada dos labores agrícolas será fundamental para a permanência e o progresso da maioria das famílias já remanejadas. Esta poderá ser prejudicada pela grave deficiência de caminhos vicinais, carência de capitais pessoais e de auxílio institucional específico. A pouca importância dada até hoje ao desenvolvimento econômico das populações reinstaladas faz temer o risco de “favelização” maciça dos núcleos, em razão de discrepâncias que poderão se aprofundar entre, de um lado, os custos de manutenção/expansão do estoque residencial, equipamentos e infra-estrutura, e do outro, as reais possibilidades orçamentárias das comunidades beneficiadas.

CONCLUSÃO

Até hoje o PRT tem priorizado a evacuação da área do reservatório de Tucuruí e o realojamento de parte da população deslocada. Muito pouca ênfase tem sido dada à urgência em atender recomendações do próprio estudo da Basevi: proporcionar meios alternativos de subsistência para a maioria das

(27) Em fevereiro de 1984 a maioria das unidades residenciais programadas ainda estava sendo construída nos núcleos alternativos. Em setembro de 1984, quando começou a formar-se a represa, reportou-se que faltavam 155 casas em Itupiranga e Cajazeiras para acomodar famílias do Tauriry, Ipixuna e Jacundá. O *Liberal* 18/9/84, p. 2.

famílias atingidas, preservar o acesso das comunidades ribeirinhas à via fluvial, e promover oportunamente a utilização racional do novo ambiente lacustre. A estrutura administrativa e financeira do PRT explica amplamente sua concepção, bem como sua subordinação a outras prioridades, às vezes conflitantes. Estas têm impedido o PRT de materializar a rede dos sítios de acolhimento propostos, a instalação oportuna de equipamentos e serviços essenciais, a remoção diligente e ordenada da população e sua reinstalação em condições ambientais apropriadas. Uma distribuição melhor coordenada dos lotes urbanos e rurais e uma maior integração espacial dos núcleos e parcelados teriam facilitado muito a adaptação de um grande número de remanejados nos novos setores.

Os maiores ensinamentos do PRT situam-se a nível da sua concepção e implementação. O modelo gerencial adotado em Tucuruí tende a favorecer a estagnação e a dispersão do saber-fazer no campo, desestimulando o efetivo aproveitamento do acervo existente para o tratamento de soluções localizadas. Torna pouco provável a correta identificação das lições do programa e ainda menos certa sua incorporação oportuna no planejamento de futuras operações do gênero. Não basta acumular uma memória institucional sobre determinado tipo de intervenções; é preciso dotar os programas de um sistema gerencial apropriado, de envergadura nacional. Trata-se de enquadrar projetos isolados, sem entretanto isolá-los, planejando cada um à luz da informação pertinente sobre seu ambiente e da experiência adquirida em intervenções comparáveis, de modo a efetivar soluções individuais esclarecidas, articuladas entre si dentro de um horizonte espaço-temporal dado. Futuros programas, na Amazônia e no resto do Brasil, muito poderiam beneficiar-se de um sistema gerencial que: 1) garantisse a autonomia executiva e financeira de cada programa de reassentamento, necessária à coordenação das tarefas de formulação, condução e monitoramento de programas abrangentes; 2) permitisse a acumulação, recuperação, divulgação e aproveitamento de informações sobre programas semelhantes no país, para melhor adaptar os programas a situações específicas; e 3) assegurasse contatos estreitos entre setores governamentais responsáveis por projetos distintos, na área de influência dos programas, visando otimizar o aproveitamento dos investimentos, via planejamento espacialmente integrado. Com mais de sessenta reservatórios atualmente em estudo na Região Amazônica, o Brasil possui excelentes motivos para desenvolver uma perícia internacional a este respeito.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M.C. de: *Nordeste, progresso e pobreza*. Em: *Revista Brasileira de Tecnologia*, 1983, vol. 14, nº 1, pp. 3-10.
- AUGEL, J.: *Human Settlement Problems in Brazilian Development*. Em: *Ekistics*, 1982, vol. 49, nº 292, pp. 31-36.
- BARROW, C.J.: *Health and Resettlement Consequences and Opportunities Created as a Result of River Impoundment in Developing Countries*. Em: *Water Supply & Management*, 1981, nº 5, pp. 135-150.

- BASEVI, *Construções e Topografia Ltda.: Estudo das condições socioeconômicas da área de influência do reservatório da UHE de Tucuruí-PA*, 3 vols, s.d. (Mimeo.).
- DANTAS, M.: *A questão do alumínio: o presente e o futuro da indústria do alumínio no Brasil*. Em: *Amazônia em Foco*, 1981-82, n° 14, pp. 7-49.
- DUQUE, G.: *A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens*. Em: *Cadernos do CEAS*, 1984, n° 91, pp. 30-38.
- ELETRONORTE, S.A.: *UHE Tucuruí*, s.d, Brasília D.F., Eletronorte S.A.
- GOODLAND, R.: *Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, rio Tocantins Amazônia, Brazil*, Brasília D.F., Eletronorte S.A., 1978.
- HIDROSERVICE: *Formulação de programas de desenvolvimento no vale do rio Tocantins*, vol. 1. Minter/Sudam São Paulo, 1977.
- LASSAILLY-JACOB, V.: *Grands barrages africains e prise en compte des populations locales*. Em: *L'espace géographique*, 1983, n° 1, pp. 46-58.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, COORDENAÇÃO ESPECIAL DO ARAGUAIA-TOCANTINS: *Reservatório de Tucuruí — Área declarada de utilidade pública*, 1:250.000, Marabá, s.d.
- MOUGEOT, L.J.A.: *Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie: les premières leçons de Tucuruí, Pará*. Em: *Cahiers Orstom Sciences Humaines*, número especial *Frontières*, (no prelo).
- MOUGEOT, L.J.A. e BARROW, C.J.: *River Development in Brazilian Amazonia: A Preliminary Appraisal of the Araguaia-Tocantins*. Trabalho apresentado na Sessão Principal da Conferência Latino-Americana da UGI, Rio de Janeiro, 19/8/82. (Mimeo.).
- PAIVA, M.P.: *Grandes represas do Brasil*, Brasília D.F., Editerra, 1982.
- PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS (Prodiat): *Diagnóstico da Bacia do Araguaia-Tocantins*, vol. 1, Brasília D.F., Minter, 1982.
- SHANKAMA, A.: *Inga et l'avenir industriel du Zaïre*. Em: *Afrique et développement*, 1981, vol. 6, n° 4, pp. 35-53.
- SIGAUD, L., coord.: *Impactos sociais de projetos hidrelétricos*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1984. (Mimeo.).
- SISO Q., G.: *Venezuela: el potencial hidroenergético de un país eminentemente petrolero*. Relatório nacional apresentado no XI Curso Internacional de Geografia Aplicada (Energia), Quito, Cepeige, 1983. (Mimeo).
- THOMI, W.: *Man-Made Lakes as Human Environments: The Formation of New Socio-Economic Structures in the Region of the Volta Lake in Ghana, West Africa*. Em: *Applied Geography and Development*, 1984, N° 23, pp. 109-127.
- WARREN, K.: *World Steel: Change and Crisis*. In: *Geography*, 1985, vol. 70, part 2, n° 307, pp. 106-117.